

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

Na seção Política e Opinião Pública desse mês trataremos da pesquisa Datafolha que mapeou os valores políticos e sociais da população brasileira, demonstrando que o imaginário é heterogêneo e os entrevistados transitam entre conservadores e progressistas tanto no campo econômico quanto no comportamental. Também continuaremos a análise da pauta do governo golpista no Congresso Nacional, com destaque para as medidas provisórias editadas, os projetos aprovados, e pautas que podem impactar na reforma política, como mudanças no sistema eleitoral e no sistema de governo.

Avanço do progressismo ou conservadorismo

A pesquisa Datafolha, realizada entre 21 e 23 de junho, mostrou que os brasileiros se dividem igualmente entre esquerda e direita. A pesquisa envolveu valores sociais, políticos, culturais e econômicos e, a partir daí, posicionou a população no espectro político clássico que inclui esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. Os temas tratados foram classificados segundo um segmento comportamental e um segmento econômico. A união dos resultados desses segmentos resultou em uma escala geral de posicionamento ideológico, definida pela mesma segmentação.

Pode-se analisar tomando como parâmetros seus polos expandidos (esquerda + centro-esquerda, centro e centro-direita + direita) ou o centro expandido e seus extremos. Considerando a primeira abordagem, a direita hoje abrange 40% da população brasileira, sendo 10% de direita e 30% de centro-direita. Na esquerda estão 41%, divididos entre 10% posicionados mais ao extremo da esquerda

no espectro político, enquanto a centro-esquerda soma 31%.

Comparando-se as pesquisas anteriores realizadas pelo Datafolha, observa-se que o campo da direita perde cinco pontos percentuais em relação a setembro de 2014 (45%) e retorna aos patamares de novembro de 2013 (39%), enquanto com o campo da esquerda ocorre o contrário, com aumento de 6% em relação à rodada anterior, em 2014, quando possuía 35%, mas também se iguala ao espaço que a esquerda tinha em 2013 (41%). No centro, 20% dos brasileiros encontram-se estáveis nas três rodadas.

A identificação com posições de centro permanece estável, tanto no âmbito geral como no que diz respeito a tendências comportamentais e econômicas, oscilando apenas um ponto (de 21% para 22% no aspecto comportamental e de 27% para 28% no econômico).

Os entrevistados que têm preferência partidária pelo PT indicam orientação ligeiramente menos à

direita que o conjunto da população brasileira (32% entre petistas contra 40% na população em geral) e seis pontos percentuais mais à esquerda (47%, 15% associados à posição mais extrema e 32% a centro-esquerda) que a média (41%). Entre os simpatizantes do PSOL, a identificação com os temas da esquerda é maior (69%, sendo 39% identificados com a posição mais extrema à esquerda e 30% a centro-esquerda).

Comparando-se os segmentos comportamentais e econômicos, observa-se que os aspectos relacionados a comportamento estão mais à direita (47% entre direita e centro-direita) que os econômicos (28%), muito embora a identificação com comportamentos de direita tenha regredido oito pontos percentuais em relação a 2014 (55%) e nos comportamentos de esquerda tenham evoluído 7% em relação ao mesmo período (passando de 24% para 31%).

Na escala que mede o posicionamento econômico, houve pouca variação, permanecendo dentro da margem de erro (as ideias de esquerda ocupam hoje 28%, era 30% em 2014 e 26% em 2013) e 44% identificam-se com posições econômicas de esquerda (em 2014 e 2013 eram 46%).

Assim, pode-se dizer que a população brasileira ainda guarda valores comportamentais mais tradicionais, mas nos aspectos econômicos percebe mais claramente as desigualdades, com 18% de identificação a posições mais radicais à esquerda. Essa tendência tem se mantido estável e não pode, portanto, ser atribuída à atual crise econômica. Pode-se concluir que questões econômicas constituem um forte argumento para fazer a população brasileira refletir sobre as desigualdades de oportunidades e atrai-la ao discurso de inclusão petista.

No campo comportamental, onde a população brasileira é, tradicionalmente, mais conservadora, observa-se uma queda da posição conservadora de oito pontos percentuais, mas retorna a patamares de 2013, o que pode ser um indicativo de que a onda conservadora que se intensificou a partir de 2014, com o forte objetivo de provocar o *impeachment* e combater os governos petistas, pode ter arrefecido, e isso também abre campo para o PT voltar a dialogar com a sociedade de maneira mais direta, sobretudo porque essa tendência, a dimi-

nuição de posições mais à direita, não migra para o centro, mas para posições mais à esquerda, o que indica, de fato, uma mudança de posição frente às questões apresentadas.

Valores em disputa na sociedade

No campo dos valores morais ou comportamentais, o que mais evoluiu (dez pontos percentuais) foi o que diz respeito à homossexualidade, que, segundo 74% da população, deve ser aceita por toda a sociedade (era 64% em 2014 e 67% em 2013). Atualmente, 19% ainda acham que a homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade, taxa que em 2014 era de 27%, e em 2013, 25%. Entre os petistas, a aceitação da homossexualidade segue a da população brasileira.

O aspecto econômico em que a opinião da sociedade mais mudou é o que relaciona a pobreza à falta de oportunidades iguais para todos, que variou dezoito pontos percentuais em relação a 2014. Essa é também a questão na qual a população assume posições mais progressistas e à esquerda, dentre os dezesseis temas tratados pelo Datafolha. Atualmente, 77% da população brasileira concordam que “boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidades iguais para que todos possam subir na vida” (eram 58% em 2014), e somente 21% atribuíram a pobreza à preguiça de pessoas que não querem trabalhar, opinião partilhada por 37% da população em 2014. Nesse aspecto os simpatizantes do PT se destacam, por maior concordância com a associação da pobreza à falta de igualdade de oportunidades (82%), o que pode, vinculando às políticas adotadas nos governos petistas, diferenciar e atrair maior eleitorado.

Outra posição de esquerda que também cresce dez pontos percentuais e alcança nível semelhante é a que atribui ao governo o dever de “ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer”, com a qual 76% dos brasileiros concordam, em contraposição a 20% que acham que “as empresas privadas devem ser as maiores responsáveis por investir no país e fazer a economia crescer”.

Há, todavia, incertezas quanto à posição que o governo deve adotar na regulação da economia; aos olhos da opinião pública, o Estado tem o papel de

investir na economia, mas não deve atuar para regular a livre concorrência do mercado. Aumentou em 11% o índice dos que concordam que “quanto menos o governo atrapalhar a competição entre as empresas, melhor para todos”, chegando a 46% (era 35% em 2014 e 31% em 2013), mesmo índice dos que acham que “é bom que o governo atue com força na economia para evitar abusos das empresas” (o que representava 51% das opiniões da população em 2014 e 58% em 2013).

Dentre os dezesseis temas tratados pelo Datafolha, esse é o que apresenta maior polaridade e mais divide a população: 46% são favoráveis a que “o governo atue com força na economia para evitar abusos das empresas” e 46% defendem que “quanto menos o governo atrapalhar a competição entre as empresas melhor para todos”. A opinião dos simpatizantes do PT não diverge da do conjunto da população e mantém a polarização, com 47% e 46% respectivamente.

Além da associação da pobreza à falta de igualdade de oportunidades, que lidera enquanto tema no qual a população adota posição mais progressista (77%), destacam-se também com taxas similares a “responsabilidade do governo em investir no país e fazer a economia crescer”, com 76%, a aceitação da homossexualidade, com 74%, e pouco abaixo a concordância com que “pessoas pobres de outros países e estados que vêm trabalhar na sua cidade contribuem com o desenvolvimento e a cultura da cidade (70%)”.

Em outro patamar, com a sociedade já bem mais dividida, mas ainda tendendo a uma visão mais progressista, pouco mais da metade da população (55%) admite que “não cabe à justiça matar uma pessoa, mesmo que ela tenha cometido um crime grave”. Nesse ponto a sociedade vem avançando lentamente para uma visão mais progressista, passando de 47% de adesão à ideia de que “a pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves”, em 2013, para 43% em 2014 e atuais 42%.

Com o mesmo percentual, porém com tendência inversa, está a concordância com “a posse de armas deve ser proibida, pois apresenta ameaça à vida de outras pessoas”, que tem 55% de adesão, mas caiu

sete pontos percentuais em relação a 2014 e 13% em relação a 2013 (62% e 68%, respectivamente). Atualmente, 43% da população sustentam que “possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender”.

Dentro desse mesmo espectro do pensamento conservador em temas comportamentais, encontram-se a proibição ao uso de drogas, com 80%, a punição como a adultos de adolescentes que cometem crimes, com 73%, e ainda com menores taxas “a maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas” (56%). São posições que, apesar de não terem recrudescido, indicam forte cristalização do pensamento conservador em áreas ligadas à segurança pública e criminalidade, associadas a candidaturas de direita, que crescem nas sondagens eleitorais e devem ser combatidas.

“A proteção do governo a grandes empresas nacionais que correm risco de falência”, com a qual 63% da população concordam, sinaliza que, no limite, na disputa sobre se o governo deve atuar na economia para evitar abusos ou quanto menos o governo intervir na competição das empresas melhor, que divide a opinião pública, com 46% cada, a primeira (intervenção do governo na economia) parece ainda levar vantagem.

Dois temas da reforma trabalhista levantados na pesquisa trazem opiniões contraditórias. Pouco mais da metade dos entrevistados (53%) afirma que “as leis trabalhistas no Brasil mais protegem os trabalhadores do que atrapalham o crescimento das empresas, por isso boa parte delas deveria ter seus benefícios ampliados”; por outro lado, a opinião de que “os sindicatos servem mais para fazer política do que para defender os trabalhadores” recebe adesão de um índice ligeiramente superior e vem crescendo gradativamente: era 45% em 2013, passou a 50% em 2014 e atualmente está em 58%. Assim, ao que tudo indica, a população reivindica proteção das regras trabalhistas, mas os sindicatos não têm se mostrado à altura de fazê-la. O debate sobre a reforma trabalhista e as perdas que os trabalhadores terão precisa ser aprofundado, e cabe criar estratégias de como fazê-lo.

Dois outros aspectos apontam para resultados já sinalizados pela pesquisa qualitativa com eleitores que

deixaram de votar no PT, *Percepções dos Valores Políticos nas Periferias de São Paulo*, realizada pela FPA, que dizem respeito à desvinculação da proteção do Estado e uma certa tendência liberal, como “quanto menos eu depender do governo, melhor estará minha vida”, opinião com a qual 54% da população concordam, e que “é preferível pagar menos impostos ao governo e contratar serviços particulares de educação e saúde”, defendida por metade (51%) dos entrevistados pelo Datafolha.

Agenda no Legislativo

Desde 19/6, o governo golpista editou duas medidas provisórias, que já entraram em vigor. A primeira, MP 785/17, instituiu o Novo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que já entrou em vigor sem o devido debate com a sociedade. A segunda, MP 786/17, criou um fundo de apoio no Programa de Aceleração do Crescimento para projetos de infraestrutura.

Uma das principais MPs editadas esse ano, a que dispõe do Programa Especial de Regularização Tributária (MP 783/17), ou Refis, avançou dentro do Congresso Nacional. A medida foi aprovada na Comissão Mista e seguirá para análise nos plenários da Câmara e do Senado. Além das MPs, o governo também conseguiu aprovar no Congresso, neste último mês, a Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao ano de 2018, a primeira sob a vigência do Teto de Gastos. A aprovação antes do recesso parlamentar, que se iniciou no dia 18, se deu em sessão conjunta no Congresso Nacional e manteve a meta de déficit primário de R\$ 131,3 bilhões. A LDO também reajustou o salário mínimo em apenas 4,5%, sem aumento real. E o Planalto conseguiu aprovar a reforma trabalhista, que desmonta a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e retira uma série de direitos e garantias aos trabalhadores. A medida foi aprovada no Senado e sancionada por Michel Temer no dia 13.

Em meio à crise política, duas propostas de reforma no sistema eleitoral e de sistema político entraram em debate no último mês. Ambas já foram rejeitadas anteriormente dentro do Congresso e nas urnas, respectivamente: o Distritão e o Parlamentarismo.

O chamado Distritão é um sistema eleitoral que existe apenas no Afeganistão, Vanuatu, Jordânia e Ilhas Picárnia. No Distritão, os candidatos mais votados em todo o estado ocupariam as cadeiras da Câmara, sem nenhuma ponderação ou consideração do voto partidário. No sistema atual, proporcional, os votos dos candidatos de um partido ou coligação são somados e devem atingir o quociente eleitoral, isto é, o número de votos válidos divididos pelo número de cadeiras que o estado possui. No Distritão, o voto personalista no candidato é o que vigora, e os mais conhecidos, ou os que possuem mais recursos para campanha eleitoral, têm larga vantagem perante novos candidatos. Isso facilita, inclusive, que os atuais deputados se reelejem, já que são conhecidos em suas regiões e possuem recursos, como emendas parlamentares, para angariar votos em suas bases, dificultando a renovação dos legislativos. O sistema é defendido pelo presidente Michel Temer e por partidos do Centrão fisiológico, e já foi rejeitado no Congresso em 2015.

Outra proposta defendida pelos tucanos é a de mudança do sistema de governo, de presidencialista para parlamentarista. A mudança foi rejeitada em plebiscito realizado em 1993, no qual 69,2%, 37 milhões de pessoas, escolheram o presidencialismo. Algumas Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) relacionadas à instauração do Parlamentarismo estão em tramitação há tempos no Congresso Nacional. A mais antiga é do então deputado Eduardo Jorge, hoje no Partido Verde, a PEC 20/1995, que possui parecer favorável na CCJC da Câmara. As mais recentes foram a PEC 245/2016, do deputado Beto Rosado (PP-RN), a PEC 102/2015, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC 32/2015, do senador Fernando Collor (PTC-AL), e a 9/2016, do senador Aloysio Nunes, atual ministro das Relações Exteriores. Nenhuma dessas PECs recentes foi aprovada nas comissões, e apenas a do senador Valadares possui relator na CCJC, o senador Roberto Rocha (PSB-MA).